CEOS Administradora de Bens S/A

CNPJ nº 23.698.040/0001-54

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	12/2016	12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1
Clientes	9	-	2.166.788
Aditantamentos a terceiros		-	42.311
Total do ativo circulante		1	2.209.100
Não circulante			
Clientes	9	2.166.788	-
Aditantamentos a terceiros		42.311	-
Contas a receber	10	671.806	671.806
Total do ativo não circulante		2.880.905	671.806
Total do ativo		2.880.906	2.880.906

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	12/2016	12/2015
Circulante			
Fornecedores	11	-	372.014
Tributos a recolher		-	225.054
Adiantamentos de clientes		-	508.694
Total do passivo circulante		-	1.105.762
Não circulante			
Notas promissárias a pagar	12	374.922	-
Obrigações Fiscais		225.054	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	1.376.609
Debêntures	14	1.387.260	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		354.533	359.142
Adiantamentos de clientes		508.694	-
Total do passivo não circulante		2.850.463	1.735.751
Patrimônio líquido			
Capital subscrito	15	39.393	39.393
Prejuízo do exercício		(8.950)	-
		30.443	39.393
Total do passivo e patrimônio líquido		2.880.906	2.880.906

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Nota Explicativa	12/2016	12/2015
Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras			
Receitas Financeiras		-	-
Despesas Financeiras		(13.559)	-
Receitas Financeiras Líquidas		(13.559)	-
Resultado antes dos impostos		(13.559)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.609	-
Prejuízo do Exercício		**(8.950)**	**-**

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - Em milhares de reais

	Nota Explicativa	12/2016	12/2015
Parcela dos outros Resultados Abragentes de Empresas Investidas Reconhecidas por Meio do Método de Equivalência Patrominial			
Prejuízo do Exercício		(8.950)	-
Outros Resultados Abragentes			
Prejuízo do Exercício		**(8.950)**	**-**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Constituição do capital social em 31 de outubro de 2015	2	1	-	1
Aumento de capital através de cisão parcial		39.392	-	39.392
Em 31 de dezembro de 2015		**39.393**	**-**	**39.393**
Prejuízo do exercício		-	(8.950)	-
Em 31 de dezembro de 2016		**39.393**	**(8.950)**	**30.443**

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	12/2016	12/2015
Resultado do Exercício	(8.950)	-
Redução Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.609)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(13.559)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Provisão de juros Debêntures e Notas Promissórias	13.559	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no ínicio do período	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1	-
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa		

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional: A CEOS é uma sociedade anônima, constituída no dia 22 de outubro de 2015, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, 19º andar, conjunto 192, sala 34, Vila Olímpia, CEP 04547-005, São Paulo. A Companhia tem por objeto social (a) a prestação de serviços de administração de contas a receber e a pagar; (b) a cobrança de recebíveis e a liquidação de passivos, em seu nome ou de terceiros; (c) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como em consórcios e associações; e (d) dar cumprimento às obrigações previstas no plano de recuperação judicial da Galvão Engenharia S.A. – em Recuperação Judicial e da Galvão Participações S.A. – em Recuperação Judicial (em conjunto denominadas "Recuperandas"), homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro, processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001, a ela designadas, tais como, mas não se limitando, (i) a assunção dos débitos concursais da Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial e a consolidação dos débitos concursais da Galvão Engenharia S.A. – em Recuperação Judicial; e (ii) a emissão, a administração e a amortização de debêntures e notas promissórias para alocação dos credores concursais das Recuperandas. **2. Cisão:** A CEOS foi constituída com respaldo na Cláusula 3.6 do Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas, aprovado em Assembleia Geral de credores e homologado pelo Juízo Recuperacional em 14 de setembro de 2015. O capital social da CEOS foi formado por (i) ativos da Galvão Engenharia S.A. – em Recuperação Judicial relacionados no Plano de Recuperação Judicial, especialmente em sua Cláusula 3.5, igualmente por meio da cisão descrita no item (i) acima (ii) passivos concursais da Galvão Engenharia S.A. – em Recuperação Judicial, vertidos à CEOS por meio da cisão parcial da Galvão Engenharia S.A. – em Recuperação Judicial, de acordo com o Balanço Patrimonial da cindida, datado de 31 de outubro de 2015 (iii) ativos da Galvão Participações S.A. – em Recuperação Judicial relacionados no Plano de Recuperação Judicial, especialmente sua Cláusula 3.5, igualmente por meio do instrumento de assunção de dívida citado no item (iii) acima. e (iv) passivos concursais da Galvão Participações S.A. – em Recuperação Judicial, vertidos à CEOS por meio do "Instrumento Particular de Assunção de Dívidas, Cessão de Créditos e Outras Avenças" celebrado em 30 de novembro de 2015. **3. Base de Preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 20 de fevereiro de 2017. **4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** Estas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de Estimativas e Julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **6. Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico. **7. Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais. **a) Imposto de renda e contribuição social: (i) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Caixa e equivalentes de caixa: Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. **c) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

8. Caixas e Equivalentes de Caixa	12/2016	12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
	1	**1**

9. Clientes	12/2016	12/2015
Clientes Publico/Misto	2.166.788	2.166.788
	2.166.788	**2.166.788**

Refere-se a contas a receber com a Petrobrás S.A que foi cindido para a Companhia, garantindo o saldo a pagar aos credores concursais das Recuperandas.

10. Contas a Receber	12/2016	12/2015
Galvão Participações S.A - Em recuperação judicial	671.806	671.806
	671.806	**671.806**

Refere-se a saldo com a controladora pela assunção de dívida junto com instituições financeiras.

11. Fornecedores	12/2016	12/2015
Fornecedores Nacional	-	372.014
	-	**372.014**

Refere-se a saldo com fornecedores nacionais oriundos da cisão parcial efetuada com a Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial. No exercício de 2016 em decorrência do Plano de Recuperação Judicial estes credores passaram a figurar em Notas Promissórias a Pagar conforme nota explicativa 12.

12. Notas Promissórias a Pagar	12/2016	12/2015
Notas Promissorias a Pagar	374.922	-
	374.922	-

Refere-se a saldo de Notas Promissórias emitidas em atendimento ao plano de recuperação judicial, transferidas no exercício de 2016 da conta de Fornecedores.

13. Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	12/2016	12/2015
Nota Promissória	CDI + 1,6% aa	-	172.069
Capital de Giro	CDI + 3,0% aa	-	212.717
Debêntures	CDI + 2,5% aa	-	991.823
		-	**1.376.609**

Os empréstimos e financiamentos assumidos pela CEOS, em razão da cisão parcial da Galvão Engenharia S.A., em Recuperação Judicial e da assunção das dívidas da Galvão Participações S.A. – em Recuperação serão pagos na forma do Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas, por meio de mecanismo cash sweep, com ativos descritos no Plano de Recuperação Judicial, especialmente aqueles previstos em sua Cláusula 3.5, vertidos à CEOS por meio da cisão e assunção em referência. No exercício de 2016 em decorrência do Plano de Recuperação Judicial estes credores passaram a figurar em Debêntures conforme nota explicativa 14.

14. Debêntures

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	12/2016	12/2015
Debentures	IPCA	1.387.260	-
		1.387.260	-

Em cumprimento às disposições contidas no plano de recuperação judicial da Galvão Engenharia S.A. – em recuperação judicial e Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial (em conjunto "Recuperandas"), a CEOS, em 03/06/2016, concluiu o processo de emissão de Debêntures, as quais foram subscritas e integralizadas pelos credores financeiros arrolados no processo de Recuperação Judicial em quitação aos créditos concursais por eles detidos, conforme previsto na cláusula 9.2 do Plano de Recuperação Judicial, transferidas no exercício de 2016 da conta de Empréstimos.

15. Capital Social	Participação %	Ações	Capital Integralizado
Galvão Participações S/A.	99,997%	39.392	39.392
MFE Participações Ltda	0,003%	1	1
	100%	**39.393**	**39.393**

16. Instrumentos Financeiros: A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro 2016 a entidade não possui qualquer operação com derivativos. **17. Outras Informações:** Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

Composição da Diretoria: **Diretor -** Eduardo de Queiroz Galvão **Diretor -** Edison Martins **Contador:** Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da CEOS Administradora de Bens S/A. São Paulo - São Paulo. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da CEOS Administradora de Bens S/A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEOS Administradora de Bens S/A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para Opinião com Ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O montante de R$ 2.166.788 da rubrica Clientes refere-se a créditos constituídos ao final do exercício de 2015 de razoável realização por se tratar de serviços efetivamente executados de acordo com as regras contratuais. Porém, devido a empresa estar cobrando judicialmente estes créditos, pode gerar incerteza quanto ao recebimento de sua totalidade. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Base para opinião com ressalva:** O montante de R$ 2.166.788 da rubrica Clientes refere-se a créditos constituídos com respaldo na Cláusula 3.6 do Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial e Galvão Participações S.A. - em recuperação judicial, aprovado em Assembleia Geral de credores e homologado pelo Juízo Recuperacional em 14 de setembro de 2015, tornando-se detentora de ativos estabelecidos conforme Laudo de avaliação do Patrimônio Líquido em 31 de outubro de 2015 para efeito de cisão parcial entre a Galvão Engenharia S.A e CEOS Administradora de Bens S.A. **Nossa abordagem:** Nossos procedimentos de auditoria basearam-se no Plano de Recuperação Judicial e no Laudo de avaliação patrimonial para efeito de cisão. Observamos que os créditos transferidos para a Companhia CEOS Administradora de Bens S.A. tratam-se de recebíveis oriundos da empresa Petrobrás S.A. com finalidade de garantir os pagamentos dos credores concursais. **Emissão pública de debêntures com esforços restritos:** Em cumprimento às disposições contidas no plano de recuperação judicial da Galvão Engenharia S.A. – em recuperação judicial e Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial (em conjunto "Recuperandas"), a CEOS, em 03/06/2016, concluiu o processo de emissão de Debêntures, as quais foram subscritas e integralizadas pelos credores financeiros arrolados no processo de Recuperação Judicial em quitação aos créditos concursais por eles detidos, conforme previsto na cláusula 9.2 do Plano de Recuperação Judicial. **Nossa abordagem:** Nossa abordagem de auditoria considerou entre outros procedimentos: testes substantivos, entendimento e inspeção das cláusulas inseridas no Programa de Recuperação Judicial, no Laudo de Avaliação Patrimonial para efeito de cisão e verificação de conformidade com o Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão púbica de debêntures simples, não conversíveis em ações, em cinco séries, da espécie quirografária, com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da CEOS Administradora de Bens S.A, considerando os dispositivos descritos na Instrução nº 476 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários que regulamenta a operação de valores mobiliários. Também foi avaliada a lista de debenturistas credores e os documentos descritos no Anexo da Instrução 476 da CVM. Consideramos que os procedimentos realizados pela administração e os divulgados nas Demonstrações Contábeis estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Presidente Prudente, 20 de fevereiro de 2017. **Approach Auditores Independentes S/S** - CRC 2SP023119/O-0. **Leandro Antonio Marini Pires** - Sócio - Diretor - Contador - CRC 1SP185232/O-3.